

A escrita de processos de Estado: abordagens a partir de gênero, sexualidade e violência

Writing processes of State: approaches from gender, sexuality, and violence

Natália Lago

Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Juliana Farias

CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Roberto Efrem Filho

Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, Paraíba, Brasil

RESUMO

Neste texto, introduzimos os debates organizados no dossiê “Gênero, sexualidade, Estado e violência”, seguindo três eixos distintos: o primeiro deles situa as conversações entre as organizadoras do dossiê em meio a processos de reflexão, debate e escritas coletivas dos quais este dossiê é também parte e efeito. O segundo eixo contextualiza, a partir de autoras que nos formaram e que são centrais para um debate sobre gênero e Estado na antropologia, nossos esforços em refletir analiticamente sobre a produção recíproca entre processos de Estado, gênero e sexualidade, sendo a violência – como prática, experiência, linguagem, razão de denúncia ou contexto etnográfico – um vetor político e analítico relevante. O terceiro e último eixo apresenta os artigos que compõem o dossiê em suas conexões com as discussões que propomos, considerando seus diferentes contextos empíricos. Entendemos que as pesquisas aqui organizadas nos ajudam a navegar por camadas de articulação que mostram diferentes encarnações de Estado e violência, em sua produção recíproca com gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Estado, Violência.

ABSTRACT

In this article, we introduce the debates organized in the present issue of the dossier “Gender, sexuality, State, and violence,” following three distinct axes: the first one situates the conversations among the organizers of the dossier amid processes of reflection, debate, and collective writing, of which this dossier is a part and also an effect. The second axis contextualizes, based on authors who formed us, who are central for debates on gender and State in anthropology, our efforts to reflect analytically on the reciprocal production between processes of State, gender, and sexuality, violence – as practice, experience, language, a reason for denouncing, or an ethnographic context – being a relevant political and analytical vector. The third and last axis presents the articles that compose the dossier in their connections with the discussions we propose, considering their different empirical contexts. We understand that the assembled researches help us navigate through layers of articulation that show various incarnations of State and violence in their relational production with gender and sexuality.

Keywords: Gender, Sexuality, State, Violence.

A escrita coletiva de um texto impõe dificuldades específicas. Na antropologia, acostumamo-nos a escrever na primeira pessoa do singular. Trata-se de um modo de se colocar no texto, produzir autoria ou, mais propriamente, definir, constituir e responsabilizar o sujeito do conhecimento, ao tempo que seus limites precisam ser problematizados e as relações de poder que o possibilitam devem ser enfrentadas. A escrita coletiva pluraliza, mas também pulveriza essa ideia. Há que se esforçar um pouco mais para encontrar o tom, o eixo, a proposta que se quer formular a muitas mãos. Há que se ter em vista as convergências e diferenças que ensejam a escrita e mobilizam a reflexão.

Este não é o primeiro texto que escrevemos juntas. Há alguns anos, vimos desenvolvendo certo apreço pelo desafio de calibrar o tom e os conteúdos, de modo que as três autoras colaboram umas com as outras de modo recorrente, em espaços de língua falada e escrita, em textos e grupos de trabalho, nos temas que nos vinculam em nossas pesquisas e atuações políticas, individuais e compartilhadas: as articulações entre gênero, sexualidade, Estado e violência. O primeiro resultado desse trabalho “a seis mãos” materializou-se na organização do dossiê “Mães e processos de Estado” (FARIAS; LAGO; EFREM FILHO, 2020a), publicado no número 36 da *Sexualidad, Salud y Sociedad: revista latinoamericana*, periódico do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(Uerj)¹. O dossiê reuniu trabalhos de jovens pesquisadoras que vêm se dedicando a compreender os engajamentos de “mães”, considerados os diversos sujeitos que performatizam e mobilizam essa categoria, em determinados processos de Estado, lutas e conflitos sociais. De fato, tratou-se de uma tentativa de expandir, por meio de um dossiê e junto a outras pesquisadoras, situadas em diferentes regiões do país, aquilo que nos uniu política e epistemologicamente, ou seja, a intensa dedicação a pesquisas sobre lutas por justiça e conflitos sociais em cenários de violência, criminalização e encarceramento.

Como devem ser, os espaços de troca e produção coletiva se alimentam e dão sentido a outros, posteriores. No primeiro semestre de 2021, alguns meses após a publicação daquele primeiro dossiê, nós organizamos, a propósito do VII Encontro Nacional de Antropologia do Direito (Enadir), o grupo de trabalho “Gênero, Sexualidade, Estado e Violência”. Este grupo de trabalho contou com a presença de pesquisadoras e pesquisadores cujos trabalhos tematizaram articulações entre Estado e violência operadas a partir de gênero e sexualidade – e diferença, num sentido mais amplo. O grande número de propostas de trabalho que chegaram ao GT e a diversidade dos contextos empíricos das pesquisas então apresentadas – como órgãos e processos judiciais, mobilizações sociais pelo escracho de “feminicidas”, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, prisões, serviços de saúde pública etc. – instigaram-nos a investir editorialmente nos problemas que o grupo de trabalho suscitou, o que nos trouxe ao projeto deste dossiê, que agora organizamos na *Revista Antropolítica*, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O dossiê “Gênero, sexualidade, Estado e violência”, publicado no número 2 do volume 55 da *Revista Antropolítica*, reúne resultados de pesquisas etnográficas que, novamente marcados pela pluralidade regional e pela diversidade empírica, voltam-se analiticamente à produção recíproca entre processos de Estado, gênero e sexualidade, sendo a violência – como prática, experiência, linguagem, razão de denúncia ou contexto etnográfico – um vetor político e analítico relevante. Este dossiê busca promover a articulação e maior visibilização de pesquisas cujos universos empíricos se relacionem a processos de Estado e violência relativos, por exemplo, a políticas de encarceramento; gestão e criminalização de populações e territórios; práticas e

1 A organização deste primeiro dossiê ocorreu paralelamente à promoção de um simpósio especial de mesmo nome – “Mães e processos de Estado” - na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), que aconteceu virtualmente em outubro de 2020. O simpósio especial contou com a participação das mães e familiares de vítimas de violência, nossas interlocutoras de pesquisas, Maria Dalva da Costa Correia da Silva (da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência), Railda Alves (da Associação de Familiares e Amigos de Presos e Internos da Fundação Casa - AMPARAR), Alêssandra Félix Xavier (da Vozes de Mães e Familiares CE), Eleonora Pereira da Silva (da Mães pela Igualdade) e Patricia Oliveira (da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência).

políticas judiciais, policiais e de segurança pública; e a diferentes mobilizações sociais por direitos e justiça. Ademais, este dossiê agrega um conjunto de trabalhos que compreendem tais processos de Estado e violência em meio a relações sociais e categorias de diferenciação relativas a gênero, sexualidade, classe, racialização, geração e território, tendo em vista que gênero e sexualidade não raro operam como linguagens que exprimem outros conflitos sociais e afetam os contornos da política, dos direitos e de seus sujeitos. Assim, os trabalhos aqui reunidos visam, por exemplo, às seguintes questões: de que modo o Estado se faz pela mobilização de linguagens generificadas? Como a violência é elaborada pelos sujeitos em seus encontros com aparatos e agências estatais? De que modo os mesmos sujeitos se produzem – e são produzidos – na linguagem da diferença? De que forma gênero e sexualidade operam nas intervenções de movimentos e lutas por direitos?

Em certo sentido, as pesquisas aqui organizadas nos ajudam a navegar por essas camadas de articulação, mostrando, em seus distintos contextos etnográficos, as diferentes encarnações de Estado em sua produção recíproca com gênero e sexualidade. A última parte deste texto dedicar-se-á a uma apresentação de cada uma das contribuições presentes neste dossiê. Antes de chegarmos à descrição dos artigos, porém, faremos um breve percurso pelas nossas inspirações teórico-políticas, de modo a localizar nossos esforços de discussão e produção coletiva de conhecimento em um determinado contexto. No limite, podemos dizer que investimos nas articulações entre gênero, sexualidade, Estado e violência porque assim aprendemos a pensar e a trabalhar. Este aprendizado, contudo, deve a investimentos intelectuais e políticos anteriores e a um profícuo campo de estudos que precisam ser notados.

As articulações entre gênero, Estado e violência são trabalhadas produtivamente já há algum tempo na antropologia brasileira. Ainda que diferentes linhagens possam ser traçadas, certamente o trabalho seminal de Mariza Corrêa, *Morte em família* (1983), baseado em sua dissertação de mestrado em antropologia social, defendida em 1975 junto à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), consiste numa contribuição nodal para as discussões sobre gestão estatal da violência, da sexualidade e do gênero – ainda que o termo “gênero” não tenha sido empregado neste seu texto específico e, à época, ainda não fosse corrente nas ciências

sociais (PISCITELLI, 2002)².

Em *Morte em família*, Corrêa se dedica à análise de casos julgados pelo Tribunal do Júri da comarca de Campinas de homicídios e tentativas de homicídio cometidos por homens contra mulheres, na maior parte das vezes, mas também por mulheres contra homens, no interior de relacionamentos afetivo-conjugais. Em meio às apostas teórico-metodológicas que Mariza Corrêa (1983) empreende neste trabalho, três se destacam particularmente, a nosso ver: a) a compreensão de que o crime consiste num pretexto para a atualização e a disputa da adequação das personagens (a vítima e o/a algoz, sobretudo) às convenções morais dominantes; b) o emprego analítico da noção de “fábula” – derivado do diálogo com Propp (1968) – para deslindar os modos como a estrutura fabular da narrativa de violência incita, pedagogicamente, uma lição a ser apreendida, de regra ratificando tais convenções morais e sua imprescindibilidade; e c) o tratamento metodológico dos autos judiciais – e, conseqüentemente, dos documentos – como instância conflituosa, produtora do real, oportunidade para que os “atos” sejam conhecidos, conformados, manipulados e disputados conforme os interesses em jogo, assim como em resposta àquelas convenções.

O trabalho de Mariza Corrêa pode ser lido como parte de um investimento na compreensão das implicações entre gênero, sexualidade e violência, que foi também o motor dos estudos que, na Unicamp, seriam desenvolvidos especialmente por Guita Grin Debert (ARDAILLON; DEBERT, 1987; DEBERT, 2006; DEBERT; LIMA; FERREIRA, 2008a; DEBERT; LIMA; FERREIRA, 2008b), e Maria Filomena Gregori (2006), inclusive em parcerias (DEBERT; GREGORI, 2002, 2008; DEBERT; GREGORI; OLIVEIRA, 2008; DEBERT; GREGORI; PISCITELLI, 2006). Esses estudos divisavam órgãos e práticas do Sistema de Justiça Criminal competentes para a gestão do que se entendia por “violência contra a mulher”, notadamente as delegacias de defesa da mulher e os Juizados Especiais Criminais, num cenário que precedeu a Lei Maria da Penha.

No que tange às influências teórico-metodológicas que oportunizam este dossiê e nossas próprias preocupações de pesquisa, entretanto, podemos dizer que o livro *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas*, de Gregori (1993), e o artigo *Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas*, de Debert e Gregori (2008), representam marcos analíticos, divisores das formas de compreensão das implicações entre violência, gênero

2 Sobre a importância de *Morte em família* para diferentes gerações de feministas e o campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, ver Maria Filomena Gregori (2018). O artigo foi publicado no número 54 dos Cadernos Pagu, em razão de um dossiê em homenagem a Mariza Corrêa organizado por Pontes e Gregori (2018); todo ele ajuda a dimensionar o impacto da obra de Corrêa na antropologia, nas ciências sociais e nos estudos de gênero brasileiros.

e sexualidade. *Cenas e queixas* resultou da dissertação de mestrado de Maria Filomena Gregori, defendida em 1988 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Entre suas contribuições mais notáveis, encontram-se: a) a contundente crítica ao que Gregori chama de “vitimismo”, ou seja, à redução da mulher a vítima, presa à dualidade para com o algoz, retoricamente marcada pela passividade e pela incapacidade de ação ou consciência; b) a definição da violência como uma forma de comunicação, mesmo que perversa, entre parceiros que vivenciam complexas relações de poder; e c) a tomada metodológica da “queixa” como uma narrativa específica na qual quem narra se põe na posição de vítima – faz-se vítima narrativamente –, o que torna a queixa, paradoxalmente, “cúmplice da violência” (GREGORI, 1993, p. 188).

Por sua vez, Guita Debert e Maria Filomena Gregori publicaram *Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas* em 2008, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, duas décadas após a defesa de dissertação de Gregori e pouco depois de as autoras haverem-se dedicado às pesquisas, no Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, que subsidiaram as publicações acima citadas (DEBERT; GREGORI, 2002, 2008; DEBERT; GREGORI; OLIVEIRA, 2008; DEBERT, GREGORI; PISCITELLI, 2006). No artigo, seguindo as mudanças classificatórias da noção de violência, em um percurso que vai da “violência contra a mulher” à “violência de gênero”, as autoras nos permitem compreender como violência e gênero se articulam em uma linguagem inteligível por aquilo que se organiza em torno da noção de “Estado”. Estado, aqui, envolve as instâncias e os aparatos burocráticos, mas também as relações sociais, que apresentam certa ordem em determinado território. É assim que Debert e Gregori (2008) investem analiticamente na diferenciação entre “crime” e “violência”, produzindo uma crítica às interpretações, presentes em certas ciências sociais e sobremaneira frequentes no campo jurídico, que encapsulam a violência no crime e ignoram as complexas e intensas disputas pela definição do que pode ou não ser compreendido como violência.

Os caminhos pensados a partir de Mariza Corrêa, Guita Grin Debert e Maria Filomena Gregori são uma parte dessa conversa que nos permite articular gênero, sexualidade e violência e considerar “Estado” como processo, produto e produtor de relações. De outra parte, foram também fundamentais, para nós três e para toda uma geração de pesquisadoras mais recentes voltadas a discussões a respeito de gênero e violência, as contribuições de Adriana Vianna (2013; 2014), centradas em violências agenciadas por sujeitos e instituições classificados como Estado. Operando a partir da intersecção entre o campo da antropologia do Estado e os estudos de gênero e sexualidade, Vianna tanto reconhece a complexidade dos aparatos estatais e das relações que os perfazem como nos oferece uma análise da “dimensão processual e dinâmica” da ideia de

“direitos” (VIANNA, 2013). A produção de Adriana Vianna nos permite pensar com a noção de direitos e acompanhar reivindicações encampadas por sujeitos políticos que se articulam diante da e contrariamente à “violência de estado”. Em sua obra, porém, dois textos marcam notadamente aquela geração e nos trazem até aqui: o artigo *A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional*, escrito em coautoria com Juliana Farias (VIANNA; FARIAS, 2011), e o artigo *O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens*, escrito em coautoria com Laura Lowenkron (VIANNA; LOWENKRON, 2017).

Publicado em 2011, no número 37 dos *Cadernos Pagu*, *A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional* catalisou um cada vez maior conjunto de trabalhos de pesquisa dedicados a movimentos de mães e familiares de vítimas de violência. Como notamos em outra oportunidade (FARIAS; LAGO; EFREM FILHO, 2020b), as análises pioneiras acerca desses movimentos e de suas estratégias bastante características de luta por direitos e justiça iniciaram-se, no Rio de Janeiro, com o texto de Márcia Leite (2004), publicado na paradigmática coletânea *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*, organizada por Birman e Leite (2004). A seu tempo, o artigo de Adriana Vianna e Juliana Farias, ao entrever a emergência de “mães” e “familiares” de vítimas de violência institucional que se organizam politicamente e produzem denúncias, ressalta que, nos caminhos de suas “lutas por justiça”, essas mulheres mobilizam a linguagem do gênero para remeter a seu direito de ser mãe – direito interrompido abruptamente pela violência de Estado (VIANNA; FARIAS, 2011). Com isso, fazem-se sujeitos da dor pessoal e da ação política, condensando dramaticamente e pondo em xeque dualidades fundantes dos processos de produção do Estado como os conhecemos, tais quais as rígidas distinções entre pessoal e coletivo, sentimento e lei, privado e público.

Já *O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens* foi também publicado nos *Cadernos Pagu*, mas em 2017, no número 51, no interior de um dossiê intitulado “Gênero e Estado: formas de gestão, práticas e representações”, organizado por Vianna e Lowenkron. No artigo, as autoras destacam que as práticas, os processos e os agenciamentos de produção do Estado se dão em correlação – ou em coprodução – com a produção de gênero. Essa chave analítica, segundo as autoras, requer uma compreensão desestabilizadora de ambas as categorias. Assim, tanto gênero quanto Estado são postos em questão, jamais pressupostos ou predefinidos. Trata-se de categorias abertas a conflitos e experiências, à “relacionalidade profunda entre os jogos de generificação do Estado e estatização do gênero” (VIANNA; LOWENKRON, 2017, p. 22). Desse modo, consideradas as desestabilizações aí presentes, não há que se falar em um gênero fixo ou essencial ao Estado. “O Estado” não é masculino por excelência. Tomado “em ato”, no cotidiano das práticas que o produzem, Estado pode ser

projetado ou performatizado como feminino ou masculino, a depender do que fazem agentes e conflitos. Perceber isso, contudo, demanda a perspectiva etnográfica para alcançar o rotineiro e o cotidiano, as ações que operam com discrição e que, se aludem a grandes eventos, não se subsumem neles. É por isso que, neste artigo e em seus trabalhos de modo geral, Adriana Vianna e Laura Lowenkron investem na etnografia como forma de chegar àquele “ato” e elaborar teoricamente a seu respeito.

Aprendendo com as autoras aqui citadas, ainda que não nos limitando a elas, filiamos-nos a um projeto de conhecimento que entende Estado como processo e que reconhece a centralidade do gênero e da sexualidade nas relações entre sujeitos e nas classificações em torno da violência. Isso se exprime em nossas trajetórias de pesquisa, em nossa escolha pela etnografia e nos compromissos políticos que nos constituem. Juliana Farias trabalha junto com familiares de vítimas de violência considerando suas reivindicações ao e contra o Estado (FARIAS, 2005, 2014, 2020). Os caminhos percorridos por familiares em suas lutas permitem a Farias demonstrar a reconstrução cotidiana de um Estado encravado em práticas, linguagens e lugares considerados às margens do Estado nacional— processo investigado enquanto uma “engrenagem de mortes” (FARIAS, 2020, p. 44). Perseguindo articulações entre violência militarizada, gênero e raça, tornou-se evidente que, enquanto muitas mulheres moradoras de favelas choram por filhos, sobrinhos, netos e maridos executados, outras muitas mulheres são executadas; outras continuam vivas, mas foram estupradas por soldados; outras permanecem vivas, mas foram torturadas dentro de caveirões (FARIAS, 2021). Tais especificidades de técnicas de controle de corpos e territórios passam a ser analisadas pela autora a partir de teorias feministas interseccionais, capazes de dar conta da racionalidade racista e heteronormativa do Estado.

Natália Lago discutiu os efeitos do encarceramento entre “familiares de presos”, mulheres que reorganizam suas vidas diante da prisão de um familiar e se movimentam em meio a constrangimentos e violências impostos pela instituição prisional sobre seus corpos e relações (LAGO, 2019a, 2019b). Nos trajetos e conversas travadas em portarias de unidades penitenciárias, bairros e associações ativistas, o gênero torna-se uma linguagem por meio da qual “mulheres de preso” e “mães” traduzem suas relações umas com as outras, com seus familiares privados de liberdade e com a própria instituição prisional. Em meio às transformações que a prisão impõe e paradoxalmente possibilita, a autora vem acompanhando a mobilização política de mulheres, sobretudo as “mães”, no ativismo e na luta por direitos (LAGO, 2019a, 2020, 2022). O trabalho das “mães” arregimenta a experiência prisional desde a perspectiva de “familiares” e de “sobreviventes” das prisões para explicitar o caráter estruturalmente violador

da instituição.

Por sua vez, Roberto Efrem Filho (2017a) tem-se dedicado a seguir “narrativas sobre violência” mobilizadas por diferentes sujeitos – agentes de Estado, movimentos sociais, “mães” – em meio a conflitos sociais reciprocamente constituídos por relações de gênero, sexualidade, classe, racialização, geração e território. Nesses conflitos, experiências de criminalização deslindam-se produtivamente na definição de categorias fundantes para os processos de Estado, como as vítimas e seus algozes, mas também nas disputas em torno de quem promove a denúncia da violência vivida (EFREM FILHO, 2017b, 2017c, 2021). Mais recentemente, o autor vem-se debruçando sobre a “crise democrática” brasileira (EFREM FILHO, 2019, 2023; EFREM FILHO; MELLO, 2021), considerando a relevância da etnografia para a apreensão analítica da incidência dos processos de criminalização e violência e das relações de gênero e sexualidade nas disputas acerca dos limites da experiência democrática.

Como notamos no início deste texto, a presença das “mães” nos nossos trabalhos de pesquisa foi o que nos aproximou inicialmente. Nosso investimento no diálogo entre reflexão antropológica e atuação política junto a movimentos sociais e demais sujeitos com os quais trabalhamos – todos eles, ainda que em distintas formas, “em luta” – permitiu-nos atar um elo epistemológico. Em outra oportunidade (FARIAS; LAGO; EFREM FILHO, 2020b), escrevemos sobre um modo de produzir conhecimento que emaranha tais dimensões e considera movimentos de “mães” e “familiares” de vítimas de violência de Estado como centrais a nossa experiência democrática. Essa centralidade recende sobretudo à capilaridade desses movimentos nas alterações em torno da noção de “família” – tão crucial nos atuais embates políticos – e à sua capacidade de – valendo-se de convenções morais atreladas à maternidade e aos laços familiares – legitimar e fazer ecoar as denúncias contra os chamados genocídio e encarceramento em massa da juventude negra no Brasil³. Essa centralidade foi parte importante do que nos moveu a organizar o dossiê anterior “Mães e processos de Estado”.

Agora, neste dossiê “Gênero, sexualidade, Estado e violência”, nós intencionamos espriar esse debate, aglutinando trabalhos que, partilhando os compromissos éticos e epistemológicos acima descritos, detêm-se analiticamente na produção recíproca entre processos de Estado, gênero e sexualidade, em que a violência é um vetor político e analítico relevante, como dito anteriormente. Para demonstrá-lo, passamos aos artigos, de modo a apresentá-los mais

³ As expressões “genocídio” e “encarceramento em massa”, embora não propriamente recentes nas discussões de agentes e organizações ligados ao movimento negro, têm adquirido mais notoriedade e relevância nos conflitos políticos que atravessamos e até mesmo nas análises interiores às ciências sociais brasileiras. Como exemplos dessas análises, ver, Flauzina (2017) e Cruz Silva (2022).

detidamente.

No artigo intitulado “Refugiados LGBTI no Brasil: categorias, sujeitos e diferenças”, Isadora Lins França dá continuidade a uma já sólida trajetória de pesquisa etnográfica e produção bibliográfica sobre os conflitos em torno da categoria “Refugiados LGBTI” (FRANÇA, 2017; FRANÇA; FONTGALAND, 2020; WASSER; FRANÇA, 2021). No texto, França ressalta especialmente o que chama de “reflexão crítica sobre os processos que cercam os ‘refugiados LGBTI’ no Brasil”, valendo-se de pesquisa etnográfica realizada nas cidades de São Paulo e Manaus junto a entidades do universo humanitário e solicitantes de refúgio/refugiados identificados como “LGBTI”. Destacando a existência de intensas conexões entre os modos particulares de tratamento dessa categoria no Brasil e os processos internacionais mais amplos, França percebe que as expressões de gênero e identidades sexuais desses “refugiados” são profundamente racializadas, de forma que a desconsideração dos contextos de desigualdade e das inúmeras precariedades experienciados por esses sujeitos pode acabar resultando numa política de acolhimento ineficaz e eticamente questionável.

No artigo “Tirania da intimidade: impasses em torno da revista íntima de travestis presas”, Vanessa Sander traz um dos eixos de discussão da sua tese de doutorado (SANDER, 2021): o modo como determinados “processos de Estado se cravam nos elementos mais íntimos das relações e em seus cenários mais domésticos, do mesmo jeito que o mundo da intimidade tece a viabilidade concreta das ações e imaginações estatais no cotidiano”. Desse ponto de vista, Sander analisa polêmicas sobre a revista íntima, ancorada em uma robusta etnografia realizada junto a pessoas LGBTQIAP+ privadas de liberdade no estado de Minas Gerais – estado onde a revista íntima está desautorizada desde 1997, quando foram vetadas inspeções de cavidades corporais, como lembra a autora. Seguindo o embate que ultrapassou a unidade do socioeducativo, Sander etnografa uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) cuja pauta central eram as queixas de agentes de segurança mulheres, que se recusavam a revistar “pessoas com pênis”, nos termos das reclamantes.

O artigo “Conflitos de Estado nas Comissões Parlamentares de Inquérito sobre ‘planejamento familiar’: esterilização, soberania nacional, Nordeste e corpos femininos”, de Monique Ximenes Lopes de Medeiros, deriva de sua tese de doutorado em ciências jurídicas,

defendida junto à Universidade Federal da Paraíba (MEDEIROS, 2023). A partir de uma pesquisa etnográfica multissituada, que envolveu documentos legislativos, acórdãos judiciais e o acompanhamento do cotidiano de um serviço público de saúde reprodutiva responsável pela realização de laqueaduras tubárias em João Pessoa, Medeiros analisou os relatórios de duas Comissões Parlamentares de Inquérito que, no Congresso Nacional, precederam a promulgação da Lei de Planejamento Familiar. O artigo trata da análise desses relatórios e aponta modos como o debate sobre planejamento familiar representou uma arena de conflitos relacionados a controle de natalidade, preocupação com o desenvolvimento econômico, restrição de esterilizações como forma de defesa da soberania nacional, respeito à liberdade reprodutiva de mulheres e condenação às laqueaduras tubárias. Medeiros observa que, pautados em argumentos religiosos ou na denúncia contundente do genocídio do povo negro, esses conflitos se viram densamente atravessados por relações de gênero, sexualidade, classe, racialização e território.

Também acionando um debate presente em sua tese de doutorado (CARMO, 2022), Milena Mateuzi Carmo traz em seu artigo “Tramas do cuidado nos limiares da vida e da morte: violência, gênero e tempo nas periferias da cidade de São Paulo” uma reflexão sobre como a infiltração da violência na vida ordinária produz territórios e subjetividades generificadas. Em estreita interlocução com famílias diretamente impactadas pela violência do Estado, a autora discute as mortes e o que delas decorre, configurando um “mundo estilhaçado” não apenas para a mãe da vítima, mas também para outros familiares, como irmãs e filhos. Ao elaborar uma etnografia atenta a cada detalhe, Carmo imprime no texto a maneira como o sofrimento de cada uma das pessoas da família “ressoava mutuamente”, indicando não apenas estratégias de cuidado e sobrevivência, mas também os processos de tomada de decisão a partir de um conhecimento generificado específico de quem partilha experiências de dor, luto e luta.

No artigo “O fazer da ‘entrega voluntária’: moralidades, acusações e biopolítica sobre corpos que gestam”, Giulia Escuri, Alessandra Rinaldi, André Vicente e Juliana Rocha examinam autos processuais ligados à chamada “entrega voluntária”, mais especificamente documentos que compõem ações de destituição e extinção de poder familiar que tramitaram na comarca do Rio de Janeiro, a partir da promulgação da Lei nº 13.509/2017. Girando sua atenção para os valores e saberes produzidos pela equipe técnica (psicólogos, assistentes sociais etc.), magistrados das varas da Infância, da Juventude e do Idoso, além de posicionamentos das promotorias da Infância e da Juventude, de Defensorias Públicas, conselhos tutelares e instituições de acolhimento, as autoras analisam como determinadas práticas de justiça conformam gramáticas morais relativas a mulheres que recusam a maternidade.

Enfim, no último artigo do dossiê, “Outra vez o ‘sexo biológico’: o PL-346/2019,

disputas políticas em torno do gênero e a controvérsia pública sobre a elegibilidade esportiva de pessoas trans”, Maurício Rodrigues Pinto se volta à controvérsia acerca do projeto de lei da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) que objetiva restringir a participação de pessoas trans em competições esportivas oficiais, demarcando o “sexo biológico” como um critério decisório. Aludindo ao contexto político de recrudescimento do conservadorismo, o autor localiza a controvérsia no interior da mais ampla “ofensiva antigênero”, parte de um acirrado conjunto de disputas políticas que têm no gênero o seu objeto central. De acordo com Maurício Rodrigues Pinto, porém, o investimento conservador na controvérsia se dá não somente em razão da tentativa de realmente impedir pessoas trans de acessar esportes de alto rendimento, objetivando também mobilizar “repertórios que acenam para a reafirmação da cis-heteronormatividade e a institucionalização da transfobia”.

Conforme mencionado, trata-se de um conjunto de trabalhos marcado pela pluralidade espacial e pela diversidade empírica. Todos dimensionam, a partir de pesquisas etnográficas provocadoras, as discussões teórico-metodológicas que se cristalizam no presente dossiê. Que nossa conversa siga em aberto.

REFERÊNCIAS

1. ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher**: uma análise dos processos de espancamento, estupro e homicídios de mulheres. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.
2. BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (org.). **Um mural para a dor**: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Ed. UFRGS; CNPq-Pronex, 2004.
3. CORRÊA, Mariza. **Morte em família**: representações jurídicas de papéis sexuais. São Paulo: Graal, 1983.
4. CRUZ SILVA, Evandro. G de genocídio. **Serrote: uma revista de ensaios, artes visuais, ideias e literatura**, São Paulo, n. 38, p. 32-36, 2021.
5. DEBERT, Guita Grin. Conflitos éticos nas delegacias de defesa da mulher. *In*: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana Garcia (org.). **Gênero e distribuição da justiça**. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 2006. v. 1, p. 13-56.
6. DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. As delegacias especiais de polícia e o projeto Gênero e Cidadania. *In*: CORRÊA, Mariza (org.). **Gênero e cidadania**. Cam-

- pinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 2002. v. 1, p. 9-20. (Coleção Encontros).
7. DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008.
 8. DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo. **Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri**. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 2008. v. 1.
 9. DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana Gracia. **Gênero e distribuição da justiça: as delegacias da mulher e a construção das diferenças**. Campinas: Pagu, 2006.
 10. DEBERT, Guita Grin; LIMA, Renato Sérgio de; FERREIRA, Maria Patricia Corrêa. Tribunal do Júri e as relações de afeto e solidariedade. *In*: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. (org.). **Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri**. 1. ed. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 2008a. p. 111-141.
 11. DEBERT, Guita Grin; LIMA, Renato Sérgio; FERREIRA, Maria. Patricia Corrêa. Violência, família e Tribunal do Júri. *In*: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (orgs.). **Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri**. 1. ed. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero - UNICAMP, 2008b. p. 177-209.
 12. EFREM FILHO, Roberto. Confrontar o presente: a crise democrática a partir do setor de Direitos Humanos do MST. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 29, n. 65, p. 1-37, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/C84CYNwGDck4NCDMS-jXPgZ/>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 13. EFREM FILHO, Roberto. **Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017a. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/983959?guid=1687150823476&returnUrl=%2fresultado%2fflistar%3fguid%3d1687150823476%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d983959%23983959&i=1>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 14. EFREM FILHO, Roberto. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-54, 2017b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/yqB44RTrVnJ86584ccHk8qp/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 15. EFREM FILHO, Roberto. Os meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. 1-57, 2017c. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/XvJ3wVCP8BR3vdtYM5fJ96L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

16. EFREM FILHO, Roberto. “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 124-151, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/wPmydpk6fFtYtZDSDs7mvJC/>. Acesso em: 18 jun. 2023.
17. EFREM FILHO, Roberto. À queima-roupa: rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 46, n. 3, p. 30-48, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/8904> . Acesso em: 19 jun. 2023.
18. EFREM FILHO, Roberto; MELLO, Breno Marques de. A renúncia da mãe: sobre gênero, violência e práticas de Estado. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, n. 61, p. 323-349, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/5dbvWNg4W-8FmLw4yRrkkQWK/>. Acesso em: 18 jun. 2023.
19. FARIAS, Juliana. “Posso me identificar?”: moradores de favelas por justiça, cidadania e direito à cidade. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, ano 29, n. 105, p. 58-65, 2005.
20. FARIAS, Juliana. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/12412103/Governo_de_Mortes_Uma_etnografia_da_gest%C3%A3o_de_popula%C3%A7%C3%B5es_de_favelas_no_Rio_de_Janeiro . Acesso em: 18 jun. 2023.
21. FARIAS, Juliana. Fuzil, caneta e carimbo: notas sobre burocracia e tecnologias de governo. **Confluências: revista interdisciplinar de sociologia e direito**, Niterói, v. 17, n. 03., p. 75-91, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34502>. Acesso em: 18 jun. 2023.
22. FARIAS, Juliana. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
23. FARIAS, Juliana. Gender violence, State violations. **Academia Letters**, San Francisco, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20935/AL1831>. Acesso em: 12 jun. 2023.
24. FARIAS, Juliana; LAGO, Natália Bouças do; EFREM FILHO, Roberto. Apresentação dossiê “Mães e processos de Estado”. **Sexualidad, Salud y Sociedad: revista latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 36, 2020a, p. 139-145. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/psxy43kKgYGsqGDT3fTyHFh/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.
25. FARIAS, Juliana; LAGO, Natálias Bouças do; EFREM FILHO, Roberto. Mães e lutas por justiça. Encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. **Sexualidad, Salud y Sociedad: revista latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 146-180, 2020b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/NFsvcFnDTC8WX388M8Ydys-D/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.
26. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o pro-

- jeto genocida do Estado brasileiro. Brasília: Brado Negro, 2017.
27. FRANÇA, Isadora Lins. “Refugiados LGBTI”: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, p. 1-38, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gzz9CBDpLFhVPQ9S9B6nwhn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 28. FRANÇA, Isadora Lins; FONTGALAND, Arthur. Gênero, sexualidade e deslocamentos: notas etnográficas sobre imigrantes e “refugiados LGBTI” no Norte do Brasil. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 28, n. 59, p. 49-68, 2020. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/1361>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 29. GREGORI, Maria Filomena. Contextos de formação: a importância de Mariza Corrêa para uma geração. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 54, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Y75MVKjhprBthkjCNSwqcC/>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 30. GREGORI, Maria Filomena. Delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In: GREGORI, Maria Filomena; DEBERT, Guita Grin; PISCITELLI, Adriana (org.). **Gênero e distribuição da justiça: as delegacias da mulher e a construção das diferenças**. Campinas: Pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, 2006. v. 1, p. 55-86.
 31. GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**. Um estudo sobre relações violentas, mulheres e feminismo. São Paulo: Paz e Terra; Anpocs, 1993.
 32. LAGO, Natália Bouças do. **Jornadas de visita e luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão**. 2019a. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019a. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122019-174339/pt-br.php>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 33. LAGO, Natália Bouças do. Dias e noites em Tamara – prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, p. 1-26, 2019b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/xnX9wW3bwT3bvJfrf6ZvZDM/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 34. LAGO, Natália Bouças do. Nem mãezinha, nem mãezona: mães, familiares e ativismo nos arredores da prisão. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 231-254, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/pH8t35vsPMVfTJWq-jySYPYB/>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 35. LAGO, Natália Bouças do. Reports of a struggle: prison, gender, and activism in an association of prisoners’ relatives. **Vibrant**, Brasília, v. 19, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/Xm94zwYvPG6GJPZ9fHR8hrc/?lang=en>. Acesso em: 18 jun. 2023.
 36. LEITE, Márcia Pereira. As mães em movimento. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia

- Pereira (org.). **Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 141-190.
37. MEDEIROS, Monique Ximenes Lopes de. **O direito de (não) ser mãe: conflitos e processos de Estado acerca da Lei de Planejamento Familiar.** 2023. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.
38. PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? *In: ALGRANTI, Leila (org.). A prática feminista e o conceito de gênero.* Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p. 7-42. (Coleção Textos Didáticos, n. 48).
39. PONTES, Heloisa; GREGORI, Maria Filomena. Mariza Corrêa: laços, memória e escritos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 54, p. 1-6, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/TB6VsZD67rpgfjFyB5JxsBL/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.
40. PROPP, Vladimir. **Morphology of the folktale.** Austin: University of Texas Press, 1968.
41. SANDER, Vanessa. **Pavilhão das sereias: uma etnografia dos circuitos de criminalização e encarceramento de travestis e transexuais.** 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1237786>. Acesso em: 18 jun. 2023.
42. VIANNA, Adriana. Violência, Estado e gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. *In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; GARCÍA-ACOSTA, Virginia. Margens da violência: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro.* Brasília: ABA, 2014. p. 209-237.
43. VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. *In: VIANNA, Adriana (org.). O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades.* Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 15-35.
44. VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/VL8rMW8kJGpHgxBZwWt9bMt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.
45. VIANNA, Adriana e LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. 1-61, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.
46. WASSER, Nicolas; FRANÇA, Isadora Lins. O medo de voltar para casa: revisitando o nexos entre (homo)sexualidades e deslocamentos a partir do conceito de sexílio. **Sexualidad, Salud y Sociedad: revista latino-americana**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/F9WHMtRykRFdNHbCKFCffXb/>

abstract/?lang=pt. Acesso em: 18 jun. 2023.

Natália Lago

Pesquisadora de pós-doutorado junto ao Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Universidade Estadual de Campinas. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3713-9594>. Colaboração: redação e revisão. E-mail: nalago@gmail.com

Juliana Farias

Pesquisadora do Cidades - Núcleo de Pesquisa Urbana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Sociologia e Antropologia junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1373-4586>. Colaboração: redação e revisão. E-mail: farias.ju@gmail.com

Roberto Efrem Filho

Professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Ciências Sociais junto à Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9438-0080>. Colaboração: redação e revisão. E-mail: robertoefremfilho@yahoo.com.br